

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA INCLUSÃO SOCIAL**

7,5

**O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE AS RELAÇÕES RACIAIS NA
ESCOLA VINICIUS DE MORAES EM COLNIZA/MT.**

AUTORA: MARIA GORETTI ANTONELO

ORIENTADORA: PROFA. Ma. MARINA SILVEIRA LOPES

felina3.4@hotmail.com

Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do
título em Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em
Inclusão Social .

COLNIZA/2013

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE NA
INCLUSÃO SOCIAL

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE AS RELAÇÕES RACIAIS NA
ESCOLA VINICIUS DE MORAES EM COLNIZA/MT.

AUTORA: MARIA GORETTI ANTONELO

ORIENTADORA: PROFA. Ma. MARINA SILVEIRA LOPES
felina3.4@hotmail.com

AGRADECIMENTO

A Deus por ter me dado força e coragem para vencer.

Aos meus familiares, principalmente meu esposo, que esteve ao meu lado e é a razão de minha luta para vencer os desafios da vida.

Aos professores, que contribuíram para que eu pudesse vencer mais um obstáculo.

DEDICATÓRIA

Dedico este presente trabalho à minha filha Samara que nasceu no decorrer do meu curso, muitas vezes, ainda recém nascida, ficava sem a mãe presente por causas dos trabalhos.

Ao meu marido e meu filho que sempre me apoiaram, assumindo os trabalhos domésticos, quando me ausentava para os encontros do curso aos finais de semana.

EPIÍGRAFE

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.

Ne

RESUMO

O presente trabalho monográfico traz a pesquisa desenvolvida na Escola Estadual Vinicius de Moraes, no período vespertino, com os alunos do Ciclo de Formação Humana do Ensino Fundamental e Ensino Médio (idades de 11 a 17 anos) os seus respectivos professores e a equipe gestora escolar, sobre as relações raciais desenvolvidas no seu espaço e como essa relação interfere no convívio entre eles. Para a elaboração desse trabalho foram utilizados pesquisa bibliográfica sobre o tema,, estudo da Lei 10.639/03 além da entrevista com os membros acima citado. Buscou-se ao longo da pesquisa, dentro da Escola, organizar momento de discussão sobre as relações raciais que permeiam esse espaço e as implicações que esse convívio acarreta contribuindo para a superação do preconceito e discriminações da criança negra no espaço escolar.

Palavras chaves: Preconceito, Lei 10.639/03, Relações Raciais, Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I: A ESCOLA NA MANUTENÇÃO DO PRECONCEITO CONTRA OS NEGROS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL VERSUS A LUTA DOS MESMOS PELO RESPEITO AOS SEUS DIREITOS.....	10
CAPÍTULO II: APRESENTANDO A ESCOLA VINICIUS DE MORAES E AS RELAÇÕES NO SEU INTERIOR.....	15
2.1 AS RELAÇÕES RACIAIS NO INTERIOR DA ESCOLA VINICIUS DE MORAES.	17
CAPÍTULO III: O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE AS RELAÇÕES RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR.....	22
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIA.....	28

INTRODUÇÃO

O século XXI é o século da quebra de paradigmas, a todo instante vemos na TV, as mais variadas discussões a respeito dos tabus do passado, e uma dessas questões é o racismo contra negros ou afro-descendentes. Todos sabem que existem, mas ninguém confirma sua prática, embora, uma hora ou outra, aparecem negros sendo mortos, espancados, discriminados...

Leis foram criadas, no intuito de garantir aos negros, direitos que muitas vezes lhe são negados. Entretanto, o que se discute na teoria, na prática não se confirma. Um dos lugares importante no combate ao despeito as diferenças, é a escola, que muitas vezes negligência e não faz o seu papel com competência. O profissional de educação que deveria ser o primeiro a debater esse mal, na sua grande maioria, acaba por propagar, em relação às questões raciais, um preconceito implícito, em forma que piadas inocentes ou são inerte quando um ato de racismo acontece na sua sala. Poucos enfrentam esse problema.

Sendo fruto de uma sociedade racista, muitas vezes, esse profissional, age de forma natural ao preconceito em sala, a mudança de atitude requer do profissional muita força de vontade e mudança radical de comportamento. E, é nesse momento que o profissional em psicopedagogia entra em cena, ele deve ser o elo entre os professores e a mudança de atitude dos alunos.

Foi pensando nesse campo de atuação que esse trabalho monográfico foi elaborado. Como contribuir para que violência causada pelo racismo possa acabar é uma das funções do psicopedagogo, tudo e qualquer problema que envolva o ensino-aprendizagem deve ser trabalhado por esse profissional, daí o interesse nas relações raciais dentro de uma instituição de ensino.

A Escola é um ambiente formado pelos diversos grupos étnicos e sociais, é nela que acontecem as mais fantásticas descobertas e interações entre esses grupos. A diversidade racial dentro da escola favorece, às vezes, espaço de humilhações, ofensas e discriminação. E, nesse ambiente agressivo, o papel do psicopedagogo se torna indispensável, pois o seu leque de funções num ambiente escolar, ultrapassa as meras dificuldades de aprendizagem, vai mais fundo, procura investigar, que motivos levam esses discentes estarem com problemas.

A educação é uma forma de intervenção no mundo, e por isso, é necessário que o professor tome consciência da sua importância no universo escolar. Partindo dessa prerrogativa é que se decidiu pelo presente trabalho. Esperou-se com esse estudo, contribuir para a conscientização dos professores quanto a sua importância na propagação da lei 10.639/03 na Escola e a confirmação do profissional de psicopedagogia como uma peça fundamental no espaço escolar.

O estudo teve o seu campo de atuação na Escola Estadual Vinicius de Moraes, onde procurou observar as relações raciais entre os segmentos que dela fazem parte. O ponto de partida foi o questionamento em relação ao comportamento da gestão escolar frente às atitudes racistas no interior da Instituição, como os profissionais que trabalham na escola Vinicius de Moraes percebem atitudes de desrespeito às diferenças, no espaço escolar? E, como o psicopedagogo agiria numa situação de racismo entre alunos?.

Para elucidar tais questões a pesquisa baseou-se na leitura de documentos que discutem o tema além da observação dos professores da escola que atuam no período vespertino com alunos do ensino médio (seis ao todo) e os alunos que estudam nas três fases do Terceiro Ciclo (antigo ginásio) ou 7º, 8º e 9º ano consecutivos. Durante a elaboração, houve, no projeto Sala do Educador (projeto da SEDUC/MT) três encontros que discutiram sobre as relações raciais, que foram utilizados na construção do presente trabalho, mesmo que não haviam sido elencados. Por fim, organização da coleta dos dados e a construção da monografia. O objetivo foi provocar uma discussão a respeito da diversidade cultural nesse ambiente escolar, tendo como subsídio o estudo da Lei 10.639/03 que dispõe da obrigatoriedade do estudo da História da África e da cultura afro-brasileira.

Num viés mais específico buscou-se promover a transformação da prática pedagógica do professor nas mais diferentes áreas de atuação, além de proporcionar um ambiente propício ao respeito e a tolerância às diferenças, proporcionar a melhora do ambiente escolar através da tomada de consciência do professor e sua mudança de atitude frente à discriminação na escola; Contribuindo para que o respeito às diferenças seja uma premissa no ambiente escolar.

O trabalho ficou dividido em três capítulos, para melhor esclarecer sobre as relações que permeiam o espaço da escola pesquisada.

No primeiro capítulo, intitulado “A Escola e a visão social dos negros e seus descendentes no Brasil” discutirá como a escola ao longo do tempo carregou a função de propagar o preconceito contra a etnia africana, ao mesmo tempo demonstra as lutas empreendidas pelos africanos na tentativa de ter seus direitos respeitados. Culminando na Lei n.10.639 de 2003, que determina a obrigatoriedade do estudo sobre os africanos e afro descendentes nas escolas públicas e particulares do Brasil. Uma forma de reconhecer a imensa contribuição dessa etnia para a formação social do país.

No segundo capítulo, Voltado para a Instituição estudada, com o título “Apresentando a Escola Estadual Vinicius de Moraes e as relações raciais no seu interior”, será feita uma caracterização da escola, descrevendo suas particularidades e as relações raciais que nela existem, como também as observações notadas dos personagens da pesquisa.

No terceiro capítulo, entrará no ponto principal da monografia, onde será discutido: “O papel do Psicopedagogo frente as relações raciais na Escola Estadual Vinicius de Moraes em Colniza /MT”.

Por fim, encerra-se este estudo com algumas considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

CAPITULO I

A ESCOLA NA MANUTENÇÃO DO PRECONCEITO CONTRA OS NEGROS E SEUS DESCENDENTES NO BRASIL VERSUS A LUTA DOS MESMOS PELO RESPEITO AOS SEUS DIREITOS

Ao longo da história, percebemos como a escola negou a sua responsabilidade na transformação social dos alunos, se contentando em apenas transmitir conhecimento, sem dar atenção às relações sociais no seu ambiente. Negligenciou o seu papel no combate ao racismo, ao invés de tentar discutir essa problemática de maneira que essas atitudes preconceituosas fossem banidas, muitas vezes contribuiu para essa propagação. Como bem descreve Miller (2011) “(...) A fábula das três raças, muito difundida da nacionalidade brasileira, contada exaustivamente nas escolas é uma maneira de conferir a negros e índios uma posição subalterna (...).

Nesse mesmo pensamento, Santos (2007,p.33) discute as relações raciais no espaço escolar, descrevendo que:

Embora não seja fácil perceber a extensão da discriminação racial, dada a naturalização das atitudes discriminatórias surgida na escola, elas estão presentes em insinuações, em olhares debochados, na forma de distribuição de atenção e amizade, nas brincadeiras violentas, no isolamento de alunos na sala de aula.

Segundo MILLER (2011), durante ao longo do século XX, as escolas de formação de professores, os livros didáticos, os meios de comunicação em geral foram os grandes responsáveis pela propagação preconceituosa dos negros, mas salienta, no entanto, que essa depreciação iniciada ainda no século anterior, tinha uma sutilidade aparente. Através das reproduções didáticas, as gravuras eram sempre definidas: o português desbravador, conquistador, o índio dócil e o negro subserviente. A valorização dos europeus e tudo que se refere à Europa e o desprezo quanto á história da África e dos africanos, demonstram claramente a inferiorização delegada aos afrodescendentes e o desprezo a sua contribuição na construção deste imenso país.

A relação do Brasil com os nativos da África remete-se ao tempo colonial, onde esses africanos eram Traficados em navios negreiros, “os tubeiros”, para

serem escravizados no país. A sua força ergueu as construções das grandes fazendas cafeeiras e contribuiu para que milhares de ouro fossem descobertos e enviados aos cofres europeus. No entanto, em meio a tudo isso, não havia nenhuma menção ou gratidão em favor desse povo. Ao contrário, eram tratados de forma brutal, açoitados, moravam em senzalas amarrados, com alimentação de péssima qualidade. Trabalhavam mais de 10 horas diárias todos os dias, sem poderem descansar um dia sequer. Tudo tipo de violência sofrida e, entretanto, pouca são as menções sobre isso nos livros didáticos.

Outro autor a contribuir com nessa discussão é MUNANGA (2005), quando afirma que o preconceito incutido na cabeça do professor através da sua formação somando-se aos conteúdos discriminatórios dos livros e materiais didáticos e as relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico – raciais e sociais desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado.

A História oficial nega a importância dos índios e em especial, dos africanos. Evitam discutir as formas de lutas empreendidas pelos escravos no intuito de conquistarem a liberdade.

No Brasil, a História escrita para serem propagada nas escolas, se preocupou em criar heróis, homens que demonstraram bravura, coragem, audaz, valente... E, nesse grupo, nem o índio tampouco o negro poderiam fazer parte. Embora o Brasil seja um país diversificado do que tange a composição social, em nenhum momento ao longo da história oficial, há menção à bravura nesses homens e mulheres, sempre relegados ao papel de coadjuvante, tendo como principal um valoroso europeu.

Defendendo a hipótese de que o preconceito e a discriminação que envolve a população negra no Brasil são reforçados no processo de ensino-aprendizagem, SILVA FILHO (2010,p.12) alerta quanto à ausência da História da África nos currículos e livros didático, e quando há, apresenta apenas uma “singela menção”, sem muito aprofundamento. Tendo como paradigma a História Européia “ É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo, tem conexão com a inclusão ou exclusão na sociedade”

Alguns aspectos dentro do currículo contribuem, de maneira decisiva no insucesso de muitos alunos negros. E, como justificativa, a escola acaba jogando a

culpa do insucesso no próprio aluno, como demonstra CANDAU (2003 *apud* ALEXANDRE 2010, p.17)

A instituição escolar representa um microuniverso social que se caracteriza pela diversidade social e cultural e por, muitas vezes, reproduzir padrões de conduta que permeiam as relações sociais fora da escola. Desse modo as formas de se relacionar com o outro, na escola, refletem as práticas sociais, mais ampla. Podemos dizer que, ainda que valores como igualdade e solidariedade, respeito ao próximo e as diferenças estejam presentes no discurso da escola, outros mecanismos, talvez mais sutis revelam que o preconceito e estereótipos também integram o cotidiano escolar.

Se na atualidade, muitos descendentes dos africanos negam, por vergonha, da sua origem, a História demonstra o contrário, muitos foram às lutas dos escravos pela sua liberdade e por respeito à sua identidade. Através das manifestações religiosas, das danças e das fugas (principalmente) esses homens e mulheres cultuavam sua história e suas crenças.

Os quilombos, alaistrados nas regiões brasileiras, dão uma idéia da organização social africana no solo brasileiro, e de como eles conseguiram, por muitos anos, rebelar-se contra a sociedade excludente que existia. Além disso, existiam as irmandades, que de forma “discreta”, funcionava como grupo de apoio aos negros escravos, forros ou livres. Através de doações de seus associados, cuidavam dos doentes, alimentavam os famintos, além de desempenhar importante papel na compra de alforria de muitos escravos, como afirma SILVA FILHO (2010).

Grandes movimentos importantes no Brasil teve a presença de negros na liderança, como é o caso da Balaiada no Maranhão (1838-1841), a Cabanagem no Pará (1834-1836) e a Revolta do Malês na cidade de Salvador BA (1835). REIS(2003 *apud* SILVA FILHO 2010).

O processo de abolição da escravidão, que agregou representantes de vários segmentos da sociedade, contava com a participação maciça dos ex-escravos e livres. E, mesmo antes da tão sonhada Abolição da Escravatura, Leis foram criadas para tentar amenizar o clima revolucionário que estava pairando no ar. E, mesmo a Lei Áurea de 13 de maio de 1888, não foi uma dádiva de uma princesa bondosa. Foi resultado de muita luta e pressão exterior.

Mas, mesmo depois da Abolição da escravatura, com a libertação dos escravos, o preconceito perpetuou os agora ex-escravos, saíram das senzalas das fazendas para se aglomerarem na redondeza das cidades (favelas, cortiços), e esse envolvimento com as pessoas de origem européia começa a preocupar a elite dominante que não admite o escurecimento da sociedade. Para resolver esse “problema”, são criadas “uma série de Instituições que visavam resgatar o folclore, a arte e a história nacionais” que valorizavam o branqueamento do Brasil, como bem acentua ALEXANDRE (2010).

E, para difundir essa ideologia, mais uma vez a escola entra em cena. E, como assinala MÜLLER (2010), ao compor a história do Brasil, constituiu uma idéia de hierarquia racial: ao branco cabia representar o papel civilizador, o índio representava o nativo ingênuo, carente de domesticação e o negro era “responsável pelo atraso”, limitadas que eram suas possibilidades de progresso intelectual. Sendo “o branqueamento a solução e a ponte entre passado heroico e as possibilidades futuras do país”.

Essa ideologia ainda é tão forte na atualidade que mesmo com a criação da Lei 10.639 de 2003, que obriga as escolas introduzirem no seu currículo o estudo da História e cultura afro-brasileira, ainda há Instituição que simplesmente desconhecem a importância da Lei e permanece alheias ao respeito pela diversidade racial, propagando um racismo camuflado que persiste existir no Brasil.

CAPITULO II

APRESENTANDO A ESCOLA VINICIUS DE MORAES E AS RELAÇÕES RACIAIS NO SEU INTERIOR.

A Escola Estadual Vinicius de Moraes foi criada pelo Decreto nº 3.482 , publicado no Diário Oficial do Estado em 13/07/04. Situada na Avenida Integração Nacional nº 50, Bairro Bela Vista, município de Colniza – MT. A Escola Estadual Vinicius de Moraes tem como Unidade Executora (UEX) o Conselho Deliberativo Escolar, CNPJ nº07368183/0001-41.

A Escola é mantida pelo Governo do Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), situada a Rua Engenheiro Edgar Prado Arzer nº 215- Centro Político Administrativo- Cuiabá/MT, CNPJ 03507415/0008-10. Está autorizada através da Resolução 233/07-CEE/MT para ofertar nos turnos matutino, vespertino e noturno a Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Ensino Médio e Credenciado através da Portaria 137/07-CEE/MT.

A Instituição está situada a cinco quilômetros do centro da cidade e atende a um público que vai desde alunos iniciantes da alfabetização até pessoas idosas, uma vez que a escola está organizada em três modalidades de ensino: Ciclo de Formação Humana, Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos.

Atende no período Matutino os dois primeiros Ciclos do Ensino Fundamental: sendo o 1º Ciclo(alunos de 06 a 08 anos) - 07 turmas: duas turmas de 1ª fase (alfabetização), três turmas de 2ª fase, duas turmas de 3ª fase. No 2º Ciclo(alunos de 09 a 11 anos) - duas turmas de 1ª fase, três turmas de 2ª fase. No período Vespertino: Organização em Ciclo sendo: três turmas da 3ª fase do 2º ciclo e no 3º ciclo (alunos de 12 a 14 anos) duas turmas de 1ª fase, duas turmas de 2ª fase e duas turmas de 3ª fase. Há também três turmas do Ensino Médio Regular, sendo: uma turma do 1º Ano, uma turma do 2º Ano e uma turma do 3º Ano.

No período Noturno, a Escola atende três turmas do Ensino Fundamental e oito turmas do Ensino Médio na Modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) sendo quatro turmas da 1ª fase(referente ao 1º ano normal) e quatro turmas da 2ª

fase(referente ao 2º e 3º Ano) e o Ensino Médio Regular- com uma turma do 1º ano, duas turmas de 2º ano e duas turmas de 3º ano.

O seu Regimento Interno determina que a escola tenha como missão

Contribuir para a constante melhoria das condições educacionais através de um processo de descobrimento, construção e conquista das verdades do saber (conhecimento) do saber ser (valores) e do saber fazer (tecnologias) para melhor conduzir o educando ao encontro com a verdade crítica e participativa na sociedade.

A filosofia da Escola é orientar o aluno para o exercício da cidadania, visando uma educação integral em todos os aspectos, além assegurar o acesso, o sucesso e a permanência de todos dos mesmos, desenvolvendo um ensino de qualidade.

O documento objetiva a valorização dos profissionais da Instituição, através da formação continuada, priorizando as orientações didáticas pedagógicas ao corpo docente, técnicos e apoio administrativo educacional da instituição, buscando a efetiva mudança do ensino e visualizando o pleno desenvolvimento do Educando.

As normas de convivência, fundamentadas no Regimento Interno, afirma que as mesma devem estar fundamentadas nos princípios da “solidariedade, confiança, respeito mútuo”, visando disciplinar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no ambiente escolar.

São normas de convivência da Escola Estadual Vinicius de Moraes:

- Agir com justiça e cordialidade;
- Não deixar se levar por nervosismo, impaciência, egoísmo e inveja;
- Não jogar com os sentimentos dos outros, não causar vergonha a ninguém;
- Jamais cortar a esperança dos seus colaboradores;
- Ser respeitoso com as pessoas, correto no falar, sem omitir a verdade, não prejudicar o outro com gestos, palavras e escritos;
- Acolher a todos com sorriso;
- Zelar para que haja uma comunicação intensa de forma que as informações sejam repassadas a todos os segmentos da comunidade escolar.

Em estudo no Projeto Político Pedagógico, percebe-se que a Escola estabelece a educação pautada em três grandes eixos, em conformidade com a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº.9394 de 1996). Um destes eixos é a flexibilidade através da qual a escola exerce a autonomia de organizar seu próprio trabalho. O outro eixo é o da avaliação que deve ser desenvolvida de modo a dar sustentação a todas as ações, permitindo, dessa forma, uma constante reformulação a partir das necessidades do processo ensino aprendizagem.

Quanto as relações pessoais, há o eixo que acentua a liberdade, permitindo que o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas flua com naturalidade no interior da escola enriquecendo o processo educativo.

O modelo de gestão adotado pela Escola Estadual Vinícius de Moraes é o de Gestão Democrática, onde todos os envolvidos participam ativamente no processo de tomada de decisões. Assim sendo, não é um processo que se limita apenas às ações administrativas, envolvem também aspectos financeiros e pedagógicos, tendo como finalidade promover uma educação de qualidade “que abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. Art. 1º).

O corpo administrativo e docente da Instituição escolar é constituído de sessenta e sete profissionais nos três períodos de funcionamento.

Pela sua localidade e comunidade atendida, (a mesma está situada na periferia da cidade, num bairro extremamente violento), a escola enfrenta problemas que vão desde questões estruturais até relações humanas, passando por questões pedagógicas que dizem respeito ao processo ensino-aprendizagem.

Há também problemas de agressividade por parte de alguns alunos, problemas estes, em sua maioria, decorrentes de questões alheias à escola, tais como: desestruturação familiar, violência social, fluxo constante dos alunos e questões socioeconômicas.

Esses problemas, segundo informação, têm sido trabalhados pela coordenação pedagógica juntamente com a direção, através de ações envolvendo as famílias e os órgãos competentes

No Projeto Político Pedagógico da Escola, observa-se vários projetos voltados para a relação interpessoal dos alunos e funcionários, como:

01. Jornal em sala;
02. Horta pedagógica;
03. Fanfarra Escola;
04. Tennis de mesa na escola;
05. Sala do Educador: Formação Continuada para os profissionais da Escola.
06. Gincana Cultural e esportiva;
07. Escola Arteira;
08. Pequenos Passos (grupo de teatro).

Além das ações promovidas dentro do espaço da escola pelos membros da mesma, a escola também participa de programas promovidos pela sociedade civil. Segundo a coordenação, “Sempre aceitamos e apoiamos projetos do exterior escolar, como o programa da Secretaria da Saúde que veem sempre fazer palestra sobre a saúde bucal, os métodos contraceptivos, a saúde da mulher”.

No entanto, o que tange aos aspectos pedagógicos, principalmente o ensino-aprendizagem, a concepção do coletivo ainda precisa ser trabalhada. Percebe-se uma omissão em aceitar os erros, a maioria dos profissionais quando perguntado sobre os problemas educacionais e de relacionamentos apresentados na escola, sempre culpam o outro, “os alunos”, “a família”, “o governo”.

A escola, entretanto, dentre as existente no município, tem algumas particularidades, ela é a única da rede estadual a receber alunos vindos do campo, com muitos problemas educacionais, é a única a trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos e possuir salas anexas dentro e fora do espaço urbano.

2.1 AS RELAÇÕES RACIAIS NO INTERIOR DA ESCOLA VINICIUS DE MORAES.

As relações sociais que permeiam um espaço escolar, muitas vezes são cobertos por uma ideologia de homogeneidade, para isso são impostos alguns elementos de afirmação como o “uniforme”, o discurso é muitas vezes o mesmo “na escola todos somos iguais” ou “ninguém é melhor que ninguém”. Mas na prática muitos professores e alguns funcionários lidam com o respeito às diferenças de

maneira preconceituosa. Na construção do presente trabalho, durante o período disponibilizado à observação do ambiente (no intervalo, principalmente), as relações interpessoais entre os alunos demonstrou que não há um preconceito direcionado à cor específico, muitas vezes as brincadeiras recaiam às crianças com excesso de peso, as tímidas, não se presenciou nenhum tipo de discriminação voltado especificamente para a cor. A surpresa foi bem vinda. Entretanto, o mesmo não se aplicou aos professores, quando observados no Conselho de Classe (uma reunião para discutirem o aprendizado dos alunos por bimestre).

Durante a reunião do Conselho, por várias vezes ouviu-se professores referindo-se aos alunos com apelidos pejorativos, “aquele neguinho com dente podre que senta na primeira fileira da porta” ou “aquela neguinha que adora vestir vestido longo” “aquele moreno escuro”. Infelizmente, o que se percebe é que o preconceito enraizado está nos adultos, que por sua vez é aprendida pelo aluno. Cabe nesse momento o pensamento realista de Nelson Mandela quando ele afirma “que ninguém nasce odiando o outro pela cor da sua pele, pela sua origem ou ainda pela sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar¹.”

Falar sobre as diferenças raciais na escola (estudada) muitas vezes se torna um tabu. Em conversa com a gestão escolar ouviu-se que “aqui dissemos que as diferenças devem ficar lá fora do portão”. O assunto aqui é tratado “somente nos projetos elencados do PPP”, não debate o assunto diariamente.

Nesse sentido, deve-se concordar com MUNANGA (2005) quando o autor afirma que o racismo e a ignorância caminham sempre de mãos dadas. Os estereótipos e as ideias pré-concebidas vicejam e está ausente a informação, se falta diálogo aberto, arejado e transparente. As atitudes que demonstram uma certa separação racial(se pode-se dizer assim) está entre os segmentos que trabalham na escola, não nos alunos.

Segundo a própria Constituição Federal (1998) “todos os cidadão brasileiros tem direitos iguais perante a Lei”. Ao Estado cabe a obrigação de preservar os

¹ Frase extraído do site <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/10-frases-marcantes-de-nelson-mandela#3>.

direitos adquiridos, no entanto, as relações interpessoais são permeadas de preconceitos camuflados. Sabe-se que muito se tem feito para que os direitos, principalmente, na educação sejam concretizados, nesse sentido é de suma importância que também o professor abra os olhos para a realidade a sua frente e aprenda a conviver com as diferenças de maneira aceitável, não adianta as frases ouvidas: “ não tenho preconceito, acho que todos somos iguais perante Deus”(frase de uma professora), logo em seguida apelida, dá nomes pejorativos para se referir à uma aluna negra.

Na observação da escola foi solicitado o currículo utilizado para a elaboração dos planejamentos dos professores, em resposta o que recebeu foi uma cópia dos PCNs (Parâmetro Curricular Nacional), com a informação que esse documento norteou a construção de todos os planejamentos. Além disso foi entregue também, os exemplares dos livros didáticos utilizados pelos professores. Em uma pesquisa não tão minuciosa, algo de espantoso se percebeu, nos principais exemplares não havia textos falando da etnia africana, apenas nos livros de História e Geografia faz-se menção desse povo. Nos demais livros, aparecem apenas de maneira esporádica o negro, por incrível que pareça não existe a palavra afrodescendentes em nenhum livro didático utilizado na escola pesquisada.

A fala de MUNANGA (2005) é bem atual para compreensão da importância do livro didático na propagação do preconceito:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a interiorização dos seus atributos descritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações.

SANTOS (1996p.15), afirma que “parece indiscutível, à luz da ciência, que no caso dos seres humanos não haja raças. (...) Se não há raças, entretanto, há relações raciais. Paradoxo? Não. Na realidade, a expressão relações raciais acoberta outras relações”.

Todavia, mesmo erroneamente usado, a palavra raça, ainda é utilizada no senso comum para dividir os grupos sociais, e, mais uma vez separando, excluindo

ou, discriminando. Como bem afirma MÜLLER (1999 apud JESUS, 2011, pag.20), “O preconceito e a discriminação estão quotidianamente presentes nas relações sociais, embora sejam disfarçados por mecanismos sutis de evitação”.

Quando se depara com uma Instituição de ensino usando “características físicas para citar um determinado aluno, ao invés de citá-lo pelo nome ou fazer comentários sobre os mesmos rebuscados de palavras preconceituosas, percebe-se que a LEI 10.639 embora obrigue uma prática de respeito, a realidade nada mudou. São as relações sociais, tradicionalmente cultivadas, que ainda imperam os espaços escolares.

O silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola.

CAPITULO III

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO FRENTE ÀS RELAÇÕES RACIAIS NO ESPAÇO ESCOLAR.

A formação do psicopedagogo vem se expandindo no Brasil desde a década de 70. Entretanto, essa formação se expandiu em curso de especialização. E, como um curso Lato Sensu, a formação em psicopedagogia deve atender algumas exigências mínimas como: carga horária, critérios de avaliação, estágio supervisionado, corpo docente.

De acordo com a Resolução 012 de 06/10/83, hoje no Brasil só poderão exercer a profissão de psicopedagogo os portadores de certificado de conclusão em curso de especialização em psicopedagogia em nível de pós-graduação, expedido por instituições devidamente autorizadas ou credenciadas nos termos da lei vigente.

A Psicopedagogia constitui-se, a princípio em uma composição de dois saberes - psicologia e pedagogia, pois trata-se de uma ciência que estuda o processo de aprendizagem humana, sendo o seu objeto de estudo o ser em processo de construção e reconstrução do conhecimento. Cada vez mais se faz necessário inserir o psicopedagogo na instituição escolar, já que seu papel é analisar e assinalar os fatores que favorecem, intervém ou prejudicam uma boa aprendizagem em uma instituição.

Como salienta SOARES (2010) em seu artigo sobre “ a contribuição do Psicopedagogo no espaço escolar”, o estudo psicopedagógico voltado para o espaço escolar, atinge seus objetivos quando, ampliando a compreensão sobre as características e necessidades de aprendizagem de determinado aluno, abre espaço para que a escola viabilize recursos para atender às necessidades de aprendizagem. Para isso, devem analisar o Projeto Político Pedagógico, sobretudo quais as suas propostas de ensino e o que é valorizado como aprendizagem. Nesse sentido, vale ressaltar de que o fazer psicopedagógico se transforma podendo se tornar uma ferramenta poderosa no auxílio de aprendizagem.

Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica a comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. Já que no caráter Assistencial, o psicopedagogo participa de equipes responsáveis pela elaboração de planos e projetos no contexto teórico/prático da políticas educacionais, fazendo com que os professores, diretores e coordenadores possam repensar o papel da escola frente a sua docência e às necessidades individuais de aprendizagem da criança ou da própria ensinagem (BOSSA, 1994,p 2). Sic.

Segundo PORTO (1994, p112) “O professor deve apostar na capacidade da criança visando mais às suas qualidades do que seu fracasso”. É desta forma, que o Psicopedagogo trabalha com o professor para motivar esse aluno, propiciando suas qualidades para um melhor desenvolvimento. Trabalhar a partir do erro é abrir novos rumos para aprendizagem desses alunos e a escola passa ter um papel de prevenção para os problemas já instalados. Nesse caso o problema recai sobre sua origem, sua cor de pele e principalmente sua visão inferiorizada de si.

Para a Psicopedagogia, cada um de nós aprende de uma forma diferente, tempo e vontade são ferramentas indispensáveis para o sucesso educacional. No entanto, se esse aluno tem sobre si um sentimento que o diminui em relação ao outro, pelo simples fato de ter nascido mais “escuro” que o resto da turma, essa vontade muitas vezes é vencida pelo sentimento que o mesmo carrega.

Outro aspecto importante que deve ser considerado, segundo PEREIRA (2014) é que a escola não pode ignorar que as desigualdades sociais são um real obstáculo ao desenvolvimento do indivíduo e, por isso mesmo, precisa aliar a suas práticas de transmissão de conhecimentos as lutas sociais pela transformação da sociedade vigente. Para isso é necessário que tais diferenças se transformem num efetivo ponto de partida para um trabalho escolar. Nesse caso, cabe ao educador, como o maior responsável pelo desempenho dos alunos, ter uma formação permanente, reflexiva e crítica, como meio para melhorar a sua prática em sala de aula.

A ação do psicopedagogo está centrada na prevenção do fracasso das dificuldades escolares, não só do aluno como também dos educadores e demais envolvidos neste processo. Mas Ainda citando PEREIRA (2014) é necessário que a

intervenção psicopedagógica invista na melhoria das relações de aprendizagem e na construção da autonomia não só dos alunos, mas, principalmente, dos educadores.

A instituição escolar é um espaço de construção do conhecimento não só para o aluno, mas para todos nele envolvidos. Na escola, descreve PEREIRA (2014) “a investigação e ação Psicopedagógica tem como foco a prevenção das dificuldades de aprendizagem.” Essa prevenção passa pela construção de uma dinâmica relacional sadia na instituição, onde o contexto escolar possa voltar-se para os aspectos sadios da aprendizagem e do conhecimento, não do preconceito e exclusão, como sempre vimos.

Segundo BLEGER (apud PEREIRA, 2014, p. 5):

Qualquer escola precisa ser organizada em função de melhor possibilidade de ensino e ser permanentemente questionada para que seus próprios conflitos não resolvidos, não apareçam nas salas de aula sob forma de distorções do próprio ensino. Nessas situações fica o aluno (aprendente) como depositário desses conflitos e, conseqüentemente apresentando perturbações sem seu processo de aprendizagem.

Nesse sentido, o campo conceitual psicopedagógico vem proporcionar uma nova possibilidade para que a escola reverta esse quadro de fracasso (exclusão), por meio da descoberta de novas possibilidades de ação e intervenção. A psicopedagogia, tendo como fenômeno de estudo o prender e o não-aprender, segundo PEREIRA (2014, p.06) pode auxiliar em sua abordagem institucional, propõe-se a analisar a instituição escolar e suas relações de aprendizagem segundo uma abordagem crítica e sistemática.

A atuação do profissional psicopedagogo começa no planejamento escolar dos docentes, esse instrumento de fundamental importância na prática educativa. E, o papel de profissional é refletir sobre as ações pedagógicas e suas interferências no processo de aprendizagem do aluno. Neste momento, deve-se ter cuidado ao avaliar, o professor não deve prestar atenção somente no aluno e sim na aprendizagem.

Outro espaço a ser ocupado pelo psicopedagogo são as reuniões pedagógicas promovidas pela escola, sua participação nessa dinâmica das relações da comunidade educativa favorece o processo de integração e troca; promove orientações metodológicas de acordo com as características dos indivíduos e

grupos; podendo usar esse encontro para realizar processo de orientação educacional, vocacional e ocupacional, tanto na forma individual(alunos) quanto em grupo(os familiares), em forma de brincadeiras e jogos.

Muitas escolas tendem a ignorar os conflitos existentes dentro dos seus espaços por não saber como lidar. O psicopedagogo é necessário, pois cabe a ele não só perceber esses conflitos como ajudar a escola a não ignorá-los, demonstrando que as desigualdades sociais são um real obstáculo ao desenvolvimento do indivíduo e, por isso mesmo, precisa aliar a suas práticas de transmissão de conhecimentos as lutas sociais pela transformação da sociedade vigente, para isso é necessário que tais diferenças se transformem num efetivo ponto de partida para um trabalho escolar.

BOSSA (*apud* VERCELLI 2012, p.02) salienta que o psicopedagogo deve: auxiliar o professor e demais profissionais nas questões pedagógicas e psicopedagógicas; orientar os pais; colaborar com a direção para que haja um bom entrosamento entre todos os integrantes da instituição e, principalmente, ajudar o aluno que esteja sofrendo, qualquer que seja a causa.

CONCLUSÃO

Após a pesquisa e as observações feitas no espaço escolar Vinicius de Moraes, o trabalho que está aqui concluído, trás não somente a percepção das experiências vividas, mas também uma realidade camuflada, mesmo sendo pertencente ao grupo de profissionais da citada escola, muitos conflitos ou pequenos gestos, antes não visto, passou a ser notado.

Uma coisa ficou muito clara: embora exista um número significativo de afro-descendentes na escola, há ausência da identidade voltada para essa realidade. O currículo trabalhado ainda é dominado pela Historiografia européia, privilegiando os conquistadores europeus e seus feitos, o Projeto Político Pedagógico, embora cite projetos voltados para a diversidade racial, quando esses projetos são trabalhados na realidade escolar acaba não tendo um objetivo claro se transforma e repetição do trabalho anterior. Não se aprofunda na discussão sobre a diversidade, o preconceito. E, mesmo com o advento da LEI 10.639, que determina o estudo sobre as contribuições dos afrodescendentes no Brasil, conseguirá excluir dos espaços escolares, indivíduos que ainda hoje perpetuam o preconceito e promovem a exclusão. A sociedade está longe de promover o respeito às diferenças. É perceptível que a cultura que foi duramente ensinada dos espaços escolares, ao longo da nossa história não quer igualdade de direito, pelo contrario, pratica uma educação que separa, diminui e pior, declara em alto e bom som, os possíveis vencedores e derrotados. Enquanto os alunos se interagem, de certa forma, respeito as diferenças, os adultos(no caso os profissionais) cooperam para essa segregação, invisível mas muito sentida pelas vitimas.

No espaço escolar há toda uma linguagem não-verbal expressa por meio de comportamentos sociais e disposições - formas de tratamento, atitudes, gestos, tons de voz e outras -, que transmitem valores marcadamente preconceituosos e discriminatórios, comprometendo, assim, o conhecimento a respeito do grupo negro.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referência – elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **Relações Raciais: um estudo com alunos, pais e professores.** Cuiabá:EdUFMT, 2010.(Coleção Educação e Relações Raciais,15)

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. **Lei 10.639** de 09 de Janeiro de 2003.

BRITO, Luciana da Cruz. **Tópicos sobre a história do negro na sociedade brasileira.** Cuiabá: EdUFMT. 2011

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silencio escolar: racismo, preconceito e discriminação da educação infantil/5ª Ed.-** São Paulo: Contexto, 2006.

CLÉRIO, Matheus Soares Et Al. **A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR.** Disponível em: <http://www.abpp.com.br/artigos/126.pdf>. Acesso em: 22 dez, 2013.

FELDMANN. Juliane. **A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR.** Disponível em : <http://www.julianefeldmann.com.br/pdf/A%20IMPORTANCIA%20DO%20PSICOPEDAGOGO%20DENTRO%20DA%20INSTITUICAO%20ESCOLAR.pdf>. Acesso em: 15 jan, 2014.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa.** 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p

MARTINS, João Batista. A atuação do psicólogo escolar: multirreferencialidade, implicação e escuta clínica. **Rev. Psicologia em Estudo:** Maringá. V.8, n. 2, p. 39-45, 2003.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues (org).**Estratégias de Combate ao Racismo na Escola.**Cuiabá:UAB/EdUFMT, 2010.Módulo 10.

MUNANGA, Kambegele. Org. **Superando o racismo na Escola.** Brasília: Mec, Secad, 2ª Ed, 2005

ONOFRE, Joelson Alves. **REPENSANDO A QUESTÃO CURRICULAR: CAMINHO PARA UMA EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA.** Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/329/362>. Acesso em: 15 jan, 2014.

PEREIRA, Paulo Cesar. **PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL: O PAPEL DA PSICOPEDAGOGIA NA INCLUSÃO ESCOLAR.** Disponível em: www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/2590. Acesso em: 15 de jan, 2014.

SANTOS, Ângela Maria dos. **Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar: as relações raciais entre alunos negros e não negros.** Cuiabá: EdUFMT,2007.(Coleção Educação e Relações Raciais,04)

SANTOS, Élia Amaral do Carmo. O LÚDICO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM. Disponível em need.unemat.br/4_forum/artigos/elia.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

SILVA, Elisângela dos Santos. Et Al. **A IMPORTÂNCIA DO PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR** . Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arg-idvol_13_1305232357.pdf . Acesso em: 15 abr, 2014.

SILVA, Renata Paschoalotto da. **AS RELAÇÕES INTER-RACIAIS.** Revista ACOALFAP: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 6, 2009. Disponível em: <<http://www.acoalfap.net>>. Acesso em: 22 dez, 2013.

SOARES, Matheus, **A CONTRIBUIÇÃO DO PSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO ESCOLAR.** Disponível em www.abpp.com.br/artigos/126.pdf . Acesso em: 26 Mar, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S: **PLANEJAMENTO PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO.** Ladermos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000

VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões. **O TRABALHO DO PSICOPEDAGOGO INSTITUCIONAL.** Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/.../1005 Acesso em: 17 jan, 2014.